

## Qualiagro

# Certificação e barreiras

**A**PESAR DE muito se falar sobre normas, regulamentos, certificação e selos, algumas outras recomendações básicas são importantes, principalmente no caso do agronegócio brasileiro, com uma parcela importante orientada para o comércio exterior, no sentido de:

- Risco em colocar a carroça na frente dos bois;
- Criar uma certificação não pode ser um processo unilateral;
- Para uma certificação ter valor, necessita de amplo reconhecimento;
- A definição de princípios e de critérios precisa de transparência;
- Para se chegar a uma certificação é necessário seguir uma metodologia.

As características básicas do processo de certificação estão no equilíbrio entre fatores ambientais, sociais e econômicos, do chamado *Triple Bottom Line*, em que os trabalhos devem envolver todos os atores interessados (*multistakeholder process*): Consumidores, produtores, indústrias, trabalhadores, ONGs ambientais e sociais, transportadores, armazenadores, setor de serviços (bancos), academia e institutos de pesquisa e setor público.

É um processo gradativo, de acordo com uma metodologia aceita por todas as partes, segundo passos estratégicos para:

1. Constituir fórum;
2. Acordar princípios;
3. Definir critérios;
4. Identificar indicadores e
5. Desenvolver sistemas de monitoramento.

Um processo de certificação pode ser formado por regulamentos obrigatórios a partir do governo, e de normas volun-

tárias oriundas do mercado, com três benefícios:

1. Econômico: reduz custo de produtos, serviços e processos e sistematiza e racionaliza as atividades produtivas.
2. Segurança e meio ambiente: requisitos destinados à proteção da vida humana, da saúde e do meio ambiente.
3. Proteção ao consumidor: produtos, serviços e processos com desempenho mínimo, legítimo, necessário e verificado de forma independente e estabelecido pela sociedade.

Embora existam diferentes modelos de padrões e certificações no mundo para serem listadas, pode-se selecionar algumas delas para efeito de menção, como:

- Euro Retailer Produce Working Group (EurepGAP) é uma receita externa, que trata do sistema de gestão da qualidade, com a finalidade de melhorar os padrões dos produtos da indústria alimentícia. Originou-se como uma iniciativa dos comerciantes varejistas e de supermercados europeus em 1997, na Alemanha;
- Programa Integrado de Frutas, Pró-Orgânico, Serviço Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos – Sisbov, iniciativas internas concentradas no governo, apoiados em regulamentos;
- Roundtable on Responsible Soy (RTRS) com o objetivo de definir critérios globais para a produção, processamento e comércio. A discussão começou em 2005, com sua formalização em novembro de 2006. Conta com 50 membros: produtores, processadores, comerciantes e

sociedade civil (toda a cadeia). A primeira assembléia geral foi realizada em São Paulo, entre 8 e 9 de Maio de 2007;

- Roundtable on Sustainable Palm Oil (RSPO), criada em Agosto de 2003, em Kuala Lumpur, na Malásia, com o objetivo de trazer as partes envolvidas com a cadeia produtiva do óleo para discutir e cooperar em torno de objetivos comuns;
- Forest Stewardship Council (FSC): criado em 1993, na cidade de Toronto, Canadá, com a finalidade de credenciar certificadoras e definir critérios. Trabalha fora do sistema ISSO;
- Common Code for the Coffee Community Association (4C Association): sociedade independente, aberta e sem fins lucrativos. Sua missão é a produção e o processamento eficientes, combinados com o respeito às condições sociais e ambientais, de modo a melhorar a situação dos produtores e trabalhadores.

Para o Brasil, nesse contexto, é importante a consolidação e um entendimento em torno de um marco regulatório da qualidade. O movimento em relação à certificação leva a uma padronização das práticas agrícolas e industriais de nível mundial. É evidente que sempre existirão particularidades próprias ligadas a uma determinada região e a uma cadeia produtiva. Conhecer o papel do Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro) e da Associação Brasileira de Norma Técnica (ABNT) para uma articulação conjunta com os *stakeholders* passa a ser fundamental.

Na balança, precisam ser pesados dois lados antagônicos dos padrões e das certificações: o de dar origem a barreiras não-tarifárias, mas de se tornar aliados dos produtores e exportadores. É uma questão de análise e de posicionamento. Um caminho a se percorrido com cuidado: a aceitação para cumprir determinadas exigências pode ser o teto da capacidade do exportador, mas o piso para o importador. No agronegócio, seja de alimento, fibra e energia da biomassa, a força exportadora é a de liderança no *ranking* global. ■